



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
COMISSÃO DE PROCESSOS VESTIBULARES – COMPROV

EDITAL PRE Nº 001/2016
Processo Seletivo SiSU 2016.1

1. Do Calendário.....	1
2. Das Disposições Gerais.....	4
3. Da Inscrição.....	4
4. Das Vagas.....	5
5. Da Manifestação para Constar na Lista de Espera do SiSU.....	6
6. Das Convocações.....	6
7. Do cadastramento.....	7
9. Da Matrícula.....	8
10. Disposições Finais.....	8

A Universidade Federal de Campina Grande – UFCG torna de conhecimento público os procedimentos relativos ao provimento de vagas nos cursos de graduação oferecidos pela UFCG para ingresso no 1º período de 2016, disponibilizados por meio do Sistema de Seleção Unificada – SiSU 2016.1

1. Do Calendário

Atividades	Datas
Inscrição	11/Janeiro a 14/Janeiro /2016
Resultado SiSU - Chamada única (Regular)	18/Janeiro/2016
Cadastramento	22, 25 e 26/Janeiro/2016
Manifestação de interesse em lista de espera	18/Janeiro a 29 de janeiro/2016
Primeira Chamada – UFCG	15/fevereiro/2016
Cadastramento da 1ª chamada	18 e 19/fevereiro/2016
Segunda Chamada – UFCG	22/fevereiro/2016
Cadastramento da 2ª chamada	25 e 26/fevereiro/2016
Terceira Chamada – UFCG	29/fevereiro/2016
Cadastramento da 3ª chamada	03 e 04/março/2016
Quarta Chamada – UFCG	07/março/2016

Cadastramento da 4ª chamada	10 e 11/março/2016
Quinta Chamada – UFCG	14/março/2016
Cadastramento da 5ª chamada	17 e 18/março/2016
Sexta Chamada – UFCG	28/março/2016
Cadastramento da 6ª chamada	31/março e 1º /abril/2016
Sétima Chamada – UFCG	04/abril/2016
Cadastramento da 7ª chamada	07 e 08/abril/2016
Oitava Chamada – UFCG	17/junho/2016
Cadastramento da 8ª chamada	21 e 22/junho/2016
Matrícula em Disciplinas	13/junho/2016
Início das Aulas	20/junho/2016

2. Das Disposições Gerais

- 2.1. A autorização para adesão ao Sistema de Seleção Unificada – SiSU/MEC para ingresso nos cursos de graduação é regulamentada pela Resolução Nº 07/2013 da Câmara Superior de Ensino.
- 2.2. O Sistema de Seleção Unificada – SiSU/MEC é regido pelo disposto na Portaria Normativa MEC Nº 21, de 5 de Novembro de 2012.
- 2.3. O Processo Seletivo – Primeira Edição de 2016 é normatizado de acordo com o Edital Nº 36, de 29 de dezembro de 2015- PROCESSO SELETIVO – PRIMEIRA EDIÇÃO DE 2016- SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA SISU.
- 2.4. Os termos de adesão da UFCG ao Sistema SiSU estão consignados no termo de adesão disponível na página eletrônica da comissão de processos vestibulares, juntamente com toda a legislação concernente ao certame.
- 2.5. Esse processo seletivo é constituído de uma única chamada regular para cadastramento.
- 2.6. Após a conclusão do cadastramento referente à Chamada Única (regular) do SiSU, havendo vagas remanescentes, a UFCG publicará Edital de Convocação para o cadastramento da Lista de Espera.

3. Da Inscrição

- 3.1. A inscrição do candidato no processo seletivo do SiSU 2016.1, autoriza a utilização pelo Ministério da Educação e pela Universidade Federal de Campina Grande da nota por ele obtida no ENEM 2015, bem como das demais informações constantes na sua ficha de inscrição.

- 3.2. A inscrição do candidato no processo seletivo SiSU 2016.1, desde a opção por qualquer curso ofertado pela UFCG, implica o conhecimento expresso das normas estabelecidas nesse Edital e das normas elencadas no item Disposições Gerais.
- 3.3. Poderão concorrer às vagas somente candidatos portadores de certificado de conclusão do Ensino Médio ou equivalente ou aqueles que o obtiverem até a data de sua convocação para cadastramento.
- 3.4. As inscrições para os cursos cujas vagas serão ofertadas dentro do SiSU 2016.1 deverão ser realizadas no período de 11 de janeiro de 2016 até as 23h59 do dia 14 de janeiro de 2016, observado o horário oficial de Brasília-DF, exclusivamente pela Internet, por meio do Portal do SiSU, no endereço <http://sisu.mec.gov.br>.
 - 3.5. Somente poderão inscrever-se no Processo Seletivo UFCG 2016 – SiSU/MEC-2016.1 os candidatos que tenham participado da edição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) referente ao ano de 2015 e que, cumulativamente, tenham obtido nota acima de zero na prova de redação, conforme disposto na Portaria MEC Nº 391, de 07 de Fevereiro de 2002, bem como obtido nota igual ou superior a 400 pontos, em quaisquer das matérias, nos termos do parágrafo único do art.14 da Resolução Nº 06/2015 da Câmara Superior de Ensino.
- 3.6. O candidato poderá inscrever-se no Processo Seletivo do SiSU 2016.1 em até 2 (duas) opções de curso. É vedada ao estudante a inscrição em mais de uma modalidade de concorrência para o mesmo curso e turno, na mesma instituição de ensino e local de oferta.
- 3.7. Os cursos ofertados em mais de um turno são considerados cursos diferentes.
- 3.8. Durante o período de inscrição o candidato poderá alterar as suas opções de cursos, bem como efetuar o seu cancelamento.
- 3.9. A Classificação no Processo Seletivo do SiSU 2016.1 será efetuada com base na última alteração efetuada e confirmada pelo candidato no sistema.
- 3.10. As informações prestadas pelo candidato, ao inscrever-se no Processo Seletivo SiSU 2016.1, serão de sua inteira responsabilidade.
- 3.11. A utilização de documento falso na inscrição implicará na exclusão do candidato, além da aplicação das penalidades previstas no Código Penal, título X, Capítulo III.

4. Das Vagas

- 4.1. As vagas por turno e curso estão disponíveis pela Internet, por meio do Portal do SiSU, no endereço <http://sisu.mec.gov.br>.

- 4.2. Para o primeiro período do ano letivo 2016 serão reservadas 50% (cinquenta por cento) das vagas de cada curso e turno em conformidade com a Lei Nº 12.711/2012, com o Decreto Nº 7.824/2012 e com as Portarias Normativas Nº 18, de 11 de Outubro de 2012, e Nº 21 de 05 de Novembro de 2012.
- 4.3. A Reserva de Vagas/Cota será subdividida em quatro demandas:
- a) Demanda 1 (PPI, renda $\leq 1,5$) – Candidatos que:
 - 4.3.a.1. tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;
 - 4.3.a.2. autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e
 - 4.3.a.3. com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) per capita;
 - b) Demanda 2 (NÃO PPI, renda $\leq 1,5$) – Candidatos que:
 - 4.3.b.1. tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;
 - 4.3.b.2. com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) per capita; e
 - 4.3.b.3. não declarados pretos, pardos ou indígenas.
 - c) Demanda 3 (PPI, independente de renda) – Candidatos que:
 - 4.3.c.1. tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; e
 - 4.3.c.2. autodeclarados pretos, pardos ou indígenas;
 - d) Demanda 4 (NÃO PPI, independente de renda) – Candidatos que:
 - 4.3.d.1. tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; e
 - 4.3.d.2. não declarados pretos, pardos ou indígenas.
- 4.4. Somente poderão concorrer à Reserva de Vagas/Cotas os candidatos que estudaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos ou tenham obtido certificado de conclusão com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio, do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou de exames de certificação de competências ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino.
- 4.5. O candidato que optar em sua inscrição no SiSU 2016.1 por concorrer pela Reserva de Vagas/Cotas da população de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) estará automaticamente

declarando-se preto, pardo ou índio, conforme a metodologia adotada pelo IBGE, nas pesquisas do censo populacional.

- 4.6. Os candidatos que optarem por concorrer à Reserva de Vagas/Cotas e que não forem classificados nessa modalidade terão assegurados o direito de concorrer na modalidade de Ampla Concorrência, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação geral, conforme previsto no § 1º do Art. 17 da Portaria Nº 18, de 11 de Outubro de 2012.

5. Da Manifestação para Constar na Lista de Espera do SiSU

- 5.1. As vagas eventualmente não ocupadas ao fim da chamada regular, realizada por meio do SiSU 2016.1 referentes ao Processo Seletivo UFCG 2016, serão preenchidas mediante utilização da Lista de Espera disponibilizada pelo SiSU 2016.1.
- 5.2. Para participar da Lista de Espera, o candidato deverá manifestar seu interesse por meio do Portal do SiSU (<http://sisu.mec.gov.br>), no período de 18 de Janeiro de 2016 até as 23 horas e 59 minutos do dia 29 de janeiro de 2016, observado o horário oficial de Brasília-DF.
- 5.3. Após a manifestação de seu interesse em participar da Lista de Espera, o candidato deverá fazer o acompanhamento das convocações exclusivamente pelo site da COMPROV/UFCG, www.comprov.ufcg.edu.br
- 5.4. A participação na Lista de Espera está condicionada às regras relacionadas abaixo:
 - a) O candidato somente poderá manifestar interesse na Lista de Espera para o curso correspondente à sua primeira opção de vaga do SiSU 2016.1;
 - b) Não poderá participar da Lista de Espera o candidato que tenha sido selecionado para o curso correspondente à sua primeira opção de vaga na chamada regular realizada por meio do SiSU;
 - c) A manifestação de interesse para constar na Lista de Espera do SiSU assegura tão somente a permanência na Lista de Espera do SiSU 2016.1.
- 5.5. O processamento das chamadas é de responsabilidade da COMPROV/UFCG e será processada em conformidade com o calendário constante da Seção 1.
- 5.6.

6. Das Convocações

- 6.1. Nas datas indicadas no Calendário (Seção 1), os candidatos terão acesso a seu resultado individual na página eletrônica do SiSU, correspondente a Chamada Única (Regular).

- 6.2. Os candidatos aprovados e em lista de espera para o período 2016.1 poderão ser convocados para o preenchimento de vagas remanescentes, ocasionadas pelo não comparecimento de candidatos.
- 6.3. Para o resultado das chamadas subsequentes, decorrentes da Lista de Espera, o candidato classificado deverá acessar o portal da UFCG, www.ufcg.edu.br nas datas indicadas no Calendário (Seção 1).
- 6.4. O cronograma de chamadas se encontra no Calendário (Seção 1).
- 6.5. São previstas até 8 (oito) chamadas adicionais, conforme existência de vagas.
- 6.6. Cada chamada respeitará a classificação para vagas livres e cotas, segundo as suas categorias.
- 6.7. O candidato que não comparecer a uma chamada perde o direito a vaga, não sendo possível remanejamento de candidatos entre chamadas.
- 6.8. Na 8ª chamada, serão convocados os candidatos classificados em até 5 (cinco) vezes o número de vagas remanescentes de cada curso, turno e demanda, sendo categorizados de acordo com a ordem de classificação e com o número de vagas existentes no curso/demanda, escolhido, seguindo denominação específica:
 - a) **Classificado** – denominação que identifica candidato convocado no limite das vagas disponíveis para cada curso;
 - b) **Suplente** – denominação que identifica candidato convocado além do limite de vagas ofertadas.
- 6.9. Os candidatos suplentes deverão comparecer para cadastramento para que sejam habilitados para concorrer a vaga, ficando sua confirmação condicionada à desistência do candidato classificado na 8ª chamada ou desistência de outros candidatos até às 17 horas do dia 15 de junho, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação no curso.

7. Do cadastramento

- 7.1. O cadastramento será realizado na coordenação do curso para o qual o candidato foi classificado.
- 7.2. O horário de cadastramento em todos os dias será de 08:00h às 11:30h e das 14:00h às 17:00h.

- 7.3. O cadastramento deverá ser realizado presencialmente, ou por procurador legalmente constituído por Instrumento de Procuração para esse fim, com a documentação original e cópia.
- 7.4. O cadastramento é **obrigatório**. O não comparecimento ao ato de cadastramento ou a não apresentação da documentação exigida implica na perda do direito à vaga.
8. Da Documentação
- 8.1. No ato do cadastramento o candidato deverá apresentar original e cópia dos seguintes documentos:
- a) Certificado de conclusão do ensino médio ou curso equivalente, ou diploma de graduação em curso superior, devidamente assinado pelo candidato e pela escola;
 - b) Cédula de identidade emitida por órgão competente;
 - c) Título de eleitor para os brasileiros maiores de 18 anos, com comprovante de presença na última eleição (1º e ou 2º turno da eleição de 2014);
 - d) Prova de quitação com o Serviço Militar, para os brasileiros do sexo masculino e maiores de 18 anos;
 - e) Certidão de nascimento ou de casamento;
 - f) CPF (Cadastro de Pessoa Física); e
 - g) Comprovante de residência.
- 8.2. Os candidatos aprovados e classificados pela vagas reservadas deverão, no ato do cadastramento, apresentar a documentação mencionada no item 8.1 e:
- a) Comprovar ter cursado todo o ensino médio em escola pública, em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos; ou obtido certificado de conclusão com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, ou do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA ou ainda de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos, realizados pelos sistemas estaduais de ensino.
 - b) No caso de renda familiar bruta mensal *per capita* igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo, apresentar original e entregar cópia da documentação constante do Anexo deste Edital, conforme o caso, em conformidade com o art. 8º da PORTARIA NORMATIVA MEC Nº 18, de 11 de outubro de 2012, com alterações dadas pela PORTARIA NORMATIVA MEC Nº 19, de 6 de novembro de 2014.

- 8.3. Para os candidatos aprovados e classificados cuja documentação referente ao critério de renda for considerada insatisfatória, a UFCG se reserva o direito de realização de entrevistas e de visitas ao local do domicílio.
- 8.4. Os candidatos convocados para cadastramento, que já são alunos ativos da UFCG, e que obtiveram aprovação e classificação para cursos do mesmo campus, deverão solicitar declaração que confirme sua regularidade e que os documentos exigidos estão em sua pasta acadêmica. A declaração será obtida:
 - a) Na Pró-Reitoria de Ensino para alunos de cursos do campus Campina Grande;
 - b) Na Coordenação dos cursos, para alunos de cursos fora da sede.

9. Da Matrícula

- 9.1. A matrícula em disciplinas é obrigatória para todos os alunos ingressantes no período letivo 2016.1.
- 9.2. É vedado o trancamento de disciplinas no primeiro ano do curso.
- 9.3. A matrícula de alunos ingressantes ocorrerá no dia 13 de junho de 2016, sendo regida pelo calendário acadêmico da UFCG.

10. Disposições Finais

- 10.1. Não é permitido ao estudante ocupar duas vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior nos termos da Lei 12.089/2009, bem como dois ou mais cursos da UFCG, conforme o artigo 70, §2º, do Regimento Geral da UFCG.
- 10.2. A prestação de informação falsa pelo aluno, apurada posteriormente ao cadastramento e durante o curso, em procedimento que lhe assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de seu vínculo, sem prejuízo das sanções penais eventualmente cabíveis.
- 10.3. Informações sobre atos de reconhecimento dos cursos, qualificação do corpo docente e recursos materiais disponíveis (art. 12, Decreto Nº 2.207 de 15/04/97), encontram-se na Pró-Reitoria de Ensino e na Coordenação de cada curso.
- 10.4. Na forma do Art. 10 da Res. 26/2007, cabe recurso à Câmara Superior de Ensino, no prazo de 10 dias a contar da ciência do interessado, dos atos e decisões da COMPROV ou da Pró-Reitoria de Ensino, limitados à arguição de infringência das normas contidas no Estatuto, no Regimento Geral, no Regulamento de Graduação ou em legislação específica.

10.5. Os casos omissos serão resolvidos pela PRE/UFMG.

Campina Grande(PB), 08 de janeiro de 2016.

LUCIANO BAROSI DE LEMOS
- Pró-Reitor de Ensino -

ANTONIO JOSE DA SILVA
- Presidente da COMPROV -

ANEXO AO EDITAL PRE Nº 001/2016

Processo Seletivo SiSU 2016.1

(Extraído da PORTARIA NORMATIVA MEC Nº 18, de 11 de outubro de 2012, com alterações dadas pela PORTARIA NORMATIVA MEC Nº 19, de 6 de novembro de 2014)

ANEXO II

ROL DE DOCUMENTOS MÍNIMOS RECOMENDADOS PARA COMPROVAÇÃO DA RENDA FAMILIAR BRUTA MENSAL

1. TRABALHADORES ASSALARIADOS

- 1.1 Contracheques;
- 1.2 Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- 1.3 CTPS registrada e atualizada;
- 1.4 CTPS registrada e atualizada ou carnê do INSS com recolhimento em dia, no caso de empregada doméstica;
- 1.5 Extrato atualizado da conta vinculada do trabalhador no FGTS;
- 1.6 Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos.

2. ATIVIDADE RURAL

- 2.1 Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- 2.2 Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ;
- 2.3 Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros da família, quando for o caso;
- 2.4 Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos, da pessoa física e das pessoas jurídicas vinculadas;
- 2.5 Notas fiscais de vendas.

3. APOSENTADOS E PENSIONISTAS

- 3.1 Extrato mais recente do pagamento de benefício;
- 3.2 Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- 3.3 Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos.

4. AUTÔNOMOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS

- 4.1 Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- 4.2 Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros de sua família, quando for o caso;
- 4.3 Guias de recolhimento ao INSS com comprovante de pagamento do último mês, compatíveis com a renda declarada;
- 4.4 Extratos bancários dos últimos três meses.

5. RENDIMENTOS DE ALUGUEL OU ARRENDAMENTO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

5.1 Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver.

5.2 Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos.

5.3 Contrato de locação ou arrendamento devidamente registrado em cartório acompanhado dos três últimos comprovantes de recebimentos.

(Publicação no DOU n.º 199, de 15.10.2012, Seção 1, página 16/17)